



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

Reunião sobre a revisão do PLS (2021-2026) –23/5/2023	
Horário	Início: 14h Término: 15h30
Local	Reunião virtual através da plataforma Teams
Pauta	• Revisão do PLS (2021-2026); • Formulação da ficha do indicador de gastos com reformas e alteração de leiaute e revisão das metas dos indicadores de consumo de água e energia elétrica.
Participantes	Águeda Gino Colú Nery Ferreira (SEPRO) Edvane Rodrigues de Oliveira Machado (SMAPI) Thiago Luiz da Rocha Alves (SEMAP) Karina Marcos Bedran Pinhiero (SGESU) Renata Machado Campos Alves (SGESU) Redação da ata: Renata Machado (SGESU)

I – Abertura dos trabalhos

Ao iniciar a reunião, Karina agradeceu a participação e disponibilidade de todos e explicou acerca da revisão do Plano de Logística Sustentável do TRE-MG (2021-2026), conforme determinado na Resolução CNJ nº 400/2021.

II – Assunto

Karina explicou que o indicador de gastos com reformas e alteração de leiaute é exigido pela Resolução CNJ nº 400/2021 e que no PLS (2016-2021) do TRE-MG havia meta a ser cumprida para esse indicador. Já no PLS atual não há previsão de meta.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

Compartilhou a ficha do indicador de reformas e leiaute do PLS do CNJ. Questionou os participantes quanto à possibilidade de se criar uma ficha para o indicador de gastos com alteração de leiaute, somente.

Águeda informou que a dificuldade de proposta de meta para o possível indicador de gastos com alteração de leiaute seria a mesma do indicador de gastos com reformas e alteração de leiaute. Citou, como exemplo, as demandas decorrentes de alterações do organograma do tribunal que geram requisição de novos leiautes pelos setores, e, portanto, aumentam os gastos.

Karina ressaltou a dificuldade de se controlar os gastos com reformas no TRE-MG, considerando que a demanda é gerada, muitas vezes, pela alta gestão da Casa, tornando dificultosa a aplicação de metas.

Thiago perguntou sobre o indicador de gestão de resíduos de obras no PLS do CNJ. Karina compartilhou a ficha do indicador de gestão de resíduos no PLS do CNJ, na qual não consta o levantamento desse indicador.

Águeda ponderou que não vê relação entre a medição de indicador de gastos com reformas e alteração de leiaute e a possibilidade de redução desses gastos. Sugeriu que sejam aplicados critérios de sustentabilidade para os insumos e manufaturas utilizados nas reformas e alteração de leiautes, dessa forma, a atuação da área em relação à sustentabilidade ocorreria de forma indireta.

Karina ressaltou que seria importante a criação de uma ficha de indicador, com estabelecimento de meta, para cada tema de sustentabilidade (gestão de resíduos, papel, copos descartáveis, qualidade de vida, vigilância etc.), mas tal indicador e a respectiva projeção de meta deve ser viável.

Renata perguntou sobre a possibilidade de criação de meta para o indicador de destinação de resíduos de obras.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

Thiago informou que, na capital, o serviço de destinação de resíduos de obras é terceirizado e que, atualmente não há exigência de certificação, além das dificuldades para apuração dos dados desse indicador.

Karina ressaltou a importância de se obter a certificação da destinação desses resíduos.

Edvane informou, também, das dificuldades enfrentadas para levantamento de dados para o indicador de resíduos de obras no interior. Esclareceu que em muitas cidades do interior não há locais próprios para descarte desses resíduos. Explicou que as empresas do interior, muitas vezes, não informam os valores dessa destinação.

Karina perguntou sobre a possibilidade de criação de indicador para o PLS do TRE-MG, com meta, relacionado à gestão de resíduos ou aos gastos com reformas e alteração de leiaute.

Águeda, Thiago e Edvane concordaram que, no momento, não é viável a criação do referido indicador.

Karina prosseguiu a reunião para tratar da meta do indicador de consumo de água, compartilhando a respectiva ficha no atual PLS do tribunal.

Edvane lembrou das dificuldades de engajamento dos usuários para diminuir o valor desse indicador.

Karina perguntou sobre a viabilidade de manutenção da meta atual para o indicador de consumo de água.

Thiago e Edvane concordaram com a manutenção da meta atualmente estabelecida para o indicador de consumo de água.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

Karina compartilhou a ficha do indicador de consumo de energia elétrica do PLS, destacando a meta atual. Ressaltou que o TRE-MG está entre os tribunais com melhor resultado de consumo de energia elétrica e lembrou da possibilidade de estabilização dos resultados ao longo do tempo.

Edvane mencionou a tendência de climatização do tribunal no interior, fato que inviabilizaria a redução da meta desse indicador.

Karina perguntou sobre a viabilidade de manutenção da meta atual para o indicador de consumo de energia elétrica.

Thiago e Edvane concordaram com a manutenção da meta atualmente estabelecida para o indicador de consumo de energia elétrica.

Karina reforçou a necessidade de certificação dos serviços de destinação de resíduos de obras.

Thiago informou que a demanda foi anotada.

Karina encerrou a reunião agradecendo a participação de todos.